



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE CANDEIAS/MG**

**EDITAL 01/2019 – PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO  
CONSELHO TUTELAR DE CANDEIAS/MG**

**ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

**SÓ ABRA ESTE CADERNO DE PROVA QUANDO FOR AUTORIZADO.**

- ✓ Conforme previsto no Edital 01/2019, esta é a Prova de Conhecimentos Específicos sobre os temas descritos no item 8.2.1, em seus subitens de “a” a “h”.
- ✓ Leia todas as orientações antes de iniciar a prova.
- ✓ A duração da Prova será de **04 (quatro horas)** já incluído o tempo destinado à assinatura da prova (se necessário) e transcrição das respostas abertas, caso o candidato tenha utilizado folhas de rascunho.
- ✓ O candidato somente poderá retirar-se da sala depois de decorrido **01 (uma)** hora do início da prova.
- ✓ Esta prova contém **49 (quarenta e nove) questões enumeradas**, sendo **48 (quarenta e oito)** de múltipla escolha, com **04 (quatro)** alternativas de resposta para cada uma das questões **sendo apenas 01 (uma) alternativa correta** e mais **01 (uma)** questão aberta.
- ✓ **Atenção:** Não preencha duas ou mais opções para a mesma questão (múltipla escolha), caso isso ocorra a questão será invalidada.
- ✓ Este caderno de prova possui 20 (vinte) páginas numeradas no canto superior direito, confira se seu caderno possui este número correto.
- ✓ Faça nas páginas apropriadas deste caderno, os rascunhos dos gabaritos das questões, caso necessário. Na página 20 (vinte) há um espaço que poderá ser destacado para que o candidato leve um rascunho das questões de múltipla escolha.
- ✓ **Os rascunhos não serão considerados na correção.**
- ✓ Não serão distribuídas folhas suplementares para os rascunhos.
- ✓ Não se esqueça de informar o número de inscrição em sua prova.
- ✓ As questões devem ser respondidas, **OBRIGATORIAMENTE**, com caneta esferográfica azul ou preta, não serão aceitas provas respondidas à lápis.



- ✓ A avaliação é individual, sem consulta a qualquer material, livro, texto, etc. Os celulares devem ser desligados, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos, sob pena de desclassificação em caso de tocar, vibrar ou despertar, e deverão ser deixados na mesa à frente com o fiscal de prova.
- ✓ Não será permitido ao candidato, quando da realização da prova:
  - Comunicar-se com outro candidato;
  - Retirar-se do local da prova sem autorização.
- ✓ Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo faltar às provas ou, durante sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.
- ✓ Não dobre, não amasse, nem rasure a sua prova.
- ✓ Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros.
- ✓ Os três últimos candidatos a terminar a prova, deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
- ✓ O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto ANTERIORMENTE, deverá assinar o Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado um Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo representante da Comissão Especial Eleitoral Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar de Candeias-MG.
- ✓ Qualquer observação por parte dos candidatos será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais;
- ✓ Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova, e nem compensação em decorrência de afastamento do candidato da sala de prova, seja qual for o motivo;
- ✓ No período de realização da prova não serão fornecidas, por nenhum membro da equipe de aplicação desta e nem pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

Boa prova!



<b>NOME:</b>	<b>INSCRIÇÃO:</b>
--------------	-------------------

1) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É considerada criança a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- b) É considerada adolescente a pessoa entre onze e dezoito anos de idade.
- c) É considerada adolescente a pessoa entre quatorze e dezoito anos de idade.
- d) É considerada criança a pessoa até doze anos de idade completos.

2) São medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e do adolescente, **EXCETO**:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- b) Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- c) Internação em estabelecimento educacional.
- d) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

3) Sobre Conselho Tutelar, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) É um órgão permanente, vinculado ao Poder Judiciário, encarregado pela sociedade para zelar pela proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Cada Município deverá, obrigatoriamente, ter pelo menos um Conselho Tutelar.
- c) Os membros do Conselho Tutelar terão mandato de quatro anos.
- d) É um órgão que possui autonomia definida em lei.

4) São atribuições do Conselho Tutelar previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **EXCETO**:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- c) Fiscalizar bares, festas, motéis, shows e congêneres, onde eventualmente possam se fazer presentes adolescentes desacompanhados dos pais ou dos responsáveis.
- d) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.



- 5) Conforme o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar **um** dos seguintes casos apresentados a seguir:
- a) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, não havendo necessidade de esgotar todos os recursos escolares.
  - b) Ausência dos pais e/ou responsáveis nas reuniões de pais.
  - c) Queixa dos professores sobre o mal comportamento dos alunos.
  - d) Elevados níveis de repetência.
- 6) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, **EXCETO**:
- a) Ser brasileiro nato.
  - b) Idade superior a vinte e um anos.
  - c) Residir no município.
  - d) Reconhecida idoneidade moral.
- 7) Assinale a alternativa **INCORRETA**. A criança ou o adolescente podem ser retirados da convivência familiar e colocados em família substituta. A família substituta é aquela adquirida por meio da:
- a) curatela.
  - b) guarda.
  - c) tutela.
  - d) adoção.
- 8) Entre os itens a seguir, assinale aquele que contém apenas medidas específicas de proteção:
- a) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente e internação em estabelecimento educacional.
  - b) advertência e requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
  - c) prestação de serviços à comunidade e obrigação de reparar o dano.
  - d) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade e acolhimento institucional.
- 9) Dentre as medidas de proteção abaixo assinale aquela que **não** pode ser aplicada diretamente pelo Conselho Tutelar à criança e ao adolescente:
- a) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
  - b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.



- c) abrigo em entidade.
- d) colocação em família substituta.

10) Assinale a alternativa que contém **apenas medidas socioeducativas**:

- a) advertência, reparação de danos e colocação em abrigo.
- b) prestação de serviços à comunidade, reparação de danos e inclusão em tratamento a alcoólatra.
- c) prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade.
- d) semiliberdade, internação e colocação em família substituta.

11) Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- b) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período indeterminado, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres.
- c) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- d) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

12) Assinale a alternativa que contém medida socioeducativa que pode ser aplicada pelo juiz, levando-se em consideração apenas a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria:

- a) advertência.
- b) obrigação de reparar o dano.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) liberdade assistida.

13) São atribuições do Conselho Tutelar (Art. 136 do ECA):

- I – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- II – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos na área de saúde;
- IV – Expedir notificações;
- V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.



- a) Apenas II e III estão incorretas;
- b) Apenas I, II e IV estão corretas;
- c) Apenas II, III e V estão incorretas;
- d) I, II, III, IV e V estão corretas.

14) Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, qual é a providência a ser adotada:

- a) Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
- b) Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
- c) Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

15) Poderá(ão) revisar as decisões do Conselho Tutelar:

- I – Autoridade Policial
- II – Autoridade judiciária
- III – CMDCA

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e II

16) São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- I. Defesa técnica por advogado.
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III

17) Acerca da “autorização para viajar”, prevista na Seção III do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:



- I. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial
- II. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- III. A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a. I e II
- b. II e III
- c. I e III
- d. I, II e III

18) É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:

- a. Medida Sócio educativa em Meio Aberto;
- b. Medidas de Proteção;
- c. Medidas de Internação;
- d. Medidas de colocação em família substituta;
- e. Medidas Punitivas.

19) Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

- a. Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
- b. Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente;
- c. Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
- d. Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;

20) O SUAS – Sistema Único de Assistência Social oferta a Proteção Social **Especial** de **Média Complexidade** por meio de duas unidades. São elas:

- a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- b) Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP, e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- c) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP;
- d) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e Unidades de acolhimento institucional.



21) Considera-se **adolescente**, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa na seguinte faixa etária:

- a) Entre 14 e 21 anos
- b) Entre 07 e 14 anos
- c) Entre 12 e 18 anos
- d) Entre 18 e 21 anos.

22) **NÃO** é atribuição do Conselho Tutelar:

- a) Representar ao Ministério Público, para fins de ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- c) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação e serviço social para crianças e adolescentes.
- d) Conceder a quem requerer, a adoção de crianças e adolescentes.

23) O membro do Conselho Tutelar tem direito, **EXCETO**:

- a) Ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3.
- b) À licença maternidade.
- c) À licença paternidade e gratificação natalina.
- d) Não lhes são concedidos os direitos descritos nas alternativas anteriores.

24) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, **EXCETO**:

- a) Marido e mulher
- b) Primos
- c) Tio e sobrinho
- d) Irmãos

25) São medidas aplicáveis pelo Conselho Tutelar na fiscalização de entidades governamentais, **EXCETO**:

- a) Advertência
- b) Afastamento provisório de seus dirigentes.
- c) Fechamento de unidade ou interdição de Programa.
- d) Suspensão de verbas públicas.

26) As políticas públicas relativas à **seguridade social** compreendem um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos:





- a) à saúde e à previdência social, somente.
- b) à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) à saúde e à assistência social, somente.
- d) à previdência e à assistência social, somente.

27) Assinale a alternativa que contém a definição **CORRETA** de “políticas públicas”:

- a) São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.
- b) São conjuntos de programas e ações desenvolvidos pelo Estado apenas diretamente, com a participação de entes públicos somente, que visam a assegurar determinado direito de cidadania para determinado segmento social, étnico ou econômico.
- c) São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado apenas indiretamente, com a participação de entes privados somente, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural ou étnico.
- d) São conjuntos de ações e atividades desenvolvidas por entes privados somente, sem a participação de entes públicos, que visam a assegurar determinado direito de cidadania para determinado segmento cultural, étnico ou econômico.

28) A garantia de prioridade oferecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente **NÃO** inclui:

- a) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- c) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d) preferência no acesso a espaços de cultura e lazer.

29) **Não** é assegurado aos membros do Conselho Tutelar pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o benefício de:

- a) licença-maternidade.
- b) licença-paternidade.
- c) auxílio transporte.
- d) gratificação natalina.

30) Compete ao Ministério Público, no âmbito de sua atuação nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Instaurar inquérito policial diante do cometimento de ato infracional por adolescente.
- b) Determinar a suspensão e a perda do poder familiar.
- c) Oferecer denúncia contra o adolescente que cometa crime.
- d) Conceder a remissão como forma de exclusão do processo.



31) A história da infância e adolescência brasileira, as mudanças de conteúdo, método e gestão na área de proteção à criança e ao adolescente são situações que merecem ser compreendidas para o planejamento das políticas públicas. Com a legislação de proteção à Criança e ao Adolescente surgem os Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a nível municipal, estadual e federal e o Conselho Tutelar. Assinale qual foi a lei que foi criada para definir os direitos da Criança e do Adolescente, prevê métodos e instrumentos de exequibilidade aos novos princípios constitucionais de gestão:

- a) Um marco para essa consolidação dos direitos da Criança e do Adolescente no Brasil é a Constituição Federal de 1988 que tem um capítulo específico para Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que definiu os direitos da criança e do adolescente, previu métodos e instrumentos de exequibilidade aos novos princípios constitucionais de gestão e para garantia das efetivações dos novos conteúdos.
- c) LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991. Art. 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).
- d) Lei nº 12.594 de 18/01/2012 - SINASE Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo, que possui como competência, conjunto princípios, regras e critérios que envolvem a execução de Medidas Socioeconômicas - M.S.E.

32) Adotando o mesmo método de redação da Constituição Federal, o Estatuto inicia, em seu Livro I Parte Geral, pela afirmação dos direitos da Criança e do Adolescente, divididos em cinco capítulos. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) I-trabalho e saúde (arts.7º a 18) – Respeito e democracia (arts.19 a 22);
- b) I - vida e saúde (arts. 7º a 14); e II – liberdade, respeito e dignidade (arts. 15 a 18);
- c) III – convivência familiar e comunitária (arts. 19 a 52); e IV – educação, cultura, esporte e lazer (arts.53 a 59);
- d) V – profissionalização e proteção no trabalho (arts. 60 a 69).

33) A Infância e a Adolescência, que, atualmente tem em sua representação a configuração de sujeitos de direitos, trata-se de uma construção histórica que se deu por transformações culturais e sociais. Porém, mesmo com os avanços nas legislações de proteção à criança e ao adolescente, práticas sociais historicamente herdadas de violação dos direitos das crianças e adolescentes continuam existindo. Logo, para a superação dessas contradições enfatiza-se a importância do trabalho intersetorial integrado, como potencializador de ações preventivas e protetivas. Assinale a alternativa que condiz com o exposto:

- a) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de ações dos municípios por serem responsáveis por identificar suas demandas;
- b) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. O atendimento em rede exige



articulação, integração e complementariedade das ações de cada órgão ou serviço envolvido;

c) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto de ações de responsabilidade do Conselho Tutelar. O atendimento em rede exige articulação e a burocracia torna as ações lentas, sendo que, a integração e complementariedade das ações de cada órgão ou serviço envolvido requer mobilização de todos, o que limita a serem ágeis os serviços para garantia dos direitos para as crianças e adolescentes;

d) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deve ser efetivada através de ações fragmentadas e setORIZADAS, respeitando a diversidade de cada município. Logo, a responsabilidade de zelar pelos direitos sociais da criança e do adolescente está centralizada no Conselho Tutelar por possuírem atribuições específicas que não podem ser desempenhadas pelos demais componentes da rede.

34) A criação da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 é considerada um marco histórico na ótica cronológica da garantia dos direitos e proteção para a infância, adolescência e juventude no cenário brasileiro. Portanto, assinale a alternativa correta a respeito de como são definidas crianças e adolescentes considerando o art. 4º do ECA na perspectiva da atenção prioritária:

a) Como sujeitos de direitos, sendo-lhes garantida a proteção integral conforme o art. 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

b) Como sujeitos de direitos, conforme o art. 4º é facultado à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

c) Como prioridade é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

d) Como sujeitos de direito, sendo-lhes garantida a proteção integral conforme o art. 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, a efetivação dos direitos, sendo que, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.



35) O ECA, para a efetivação da proteção e do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes:

- a) baseia-se nos seguintes princípios: absoluta prioridade, poder familiar, direitos fundamentais da pessoa humana, melhor interesse, família substituta e proteção integral.
- b) tem previsões transversais que abrangem normas de natureza civil e administrativa; entretanto, não comporta disposições normativas penais, nem trabalhistas.
- c) adota o princípio da proteção integral e o do melhor interesse, decorrendo, em caso de violação pela família natural, prioritariamente, a colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- d) tem por finalidade a missão constitucional de proteger integralmente as crianças e os adolescentes como pessoas humanas em sua dignidade, desde o nascimento à completude da maioridade civil e penal.

36) De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. A Política Nacional de Assistência Social estabelece mecanismos para a execução desta lei. Entre esses mecanismos:

- a) a proteção social especial destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social, tendo como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecer vínculos familiares e comunitários.
- b) os serviços de média complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e ou de acompanhamento sistemático e monitorado,
- c) os Centros de Referência em Assistência social (CRAS) são aqueles que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e ou comunitário.
- d) a Proteção Social de Alta Complexidade é executada por meio de Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, os quais adotaram Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).



37) A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, como política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. Compete à União, nesse sentido:

- a) prestar os serviços que visem à melhoria de vida da população, cujas ações observem os objetivos, princípios e diretrizes da LOAS.
- b) atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- c) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- d) prestar os serviços assistenciais, cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços.

38) D. é mãe solteira e trabalha como catadora de materiais recicláveis. Tem dois filhos; K, uma menina de nove anos e B., um menino de sete. Como não tem onde deixar os filhos, vaga pela cidade com eles. A vizinha a denuncia ao Conselho Tutelar porque seus filhos não estão matriculados em nenhuma escola. Devidamente notificada a mãe comparece ao Conselho Tutelar, que deve aplicar as seguintes medidas:

- a) encaminhar a mãe a programa oficial ou comunitário de proteção à família e tratamento auxiliar e as crianças a entidade de acolhimento institucional, como medidas necessárias.
- b) encaminhar a mãe a tratamento psicológico ou psiquiátrico e solicitar a matrícula das crianças em estabelecimento oficial de ensino fundamental, como medidas necessárias.
- c) encaminhar a mãe ao Ministério Público para que tome providências cabíveis ao caso e as crianças a entidade de acolhimento institucional para matrícula em estabelecimento educacional.
- d) encaminhar a mãe a programa oficial ou comunitário de proteção à família e solicitar a matrícula das crianças em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

39) Um adolescente, J.C.S., de 15 anos, cursa o 7º ano do ensino fundamental na Escola Pública Estadual Nossa Senhora da Guia e tem 75% de faltas. Sabendo de tal situação, que conduta o Conselho Tutelar deve adotar na apreciação de medidas de proteção aos pais do adolescente?

- a) Advertência e destituição da tutela.
- b) Obrigação de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar do filho.
- c) Encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais mediante termo de responsabilidade.
- d) Acolhimento institucional e colocação da criança ou do adolescente em família substituta.



40) A cidade de XXX, durante o período das chuvas, teve forte alagamento. Algumas pessoas perderam suas casas e tiveram que ser abrigadas em um galpão da Prefeitura. S. e D., ambos do sexo masculino, de quatro e seis anos, respectivamente, foram encontrados sozinhos e disseram que se perderam dos pais. O Conselho Tutelar foi acionado. Nesse caso, qual a medida de proteção a ser inicialmente tomada?

- a) Encaminhar as crianças à entidade de acolhimento institucional.
- b) Encaminhar as crianças a família que as acolha.
- c) Encaminhar as crianças para colocação em família substituta.
- d) Encaminhar as crianças ao Juizado da Infância e Juventude.

41) O art. 29 da Lei Municipal nº 1.524/08 estabelece que o Conselho Tutelar do Município de Candeias funcionará:

- a) De segunda a sexta-feira, cumprindo 06 (seis) horas diárias;
- b) De segunda a sexta-feira, cumprindo 08 (oito) horas diárias;
- c) De segunda a sexta-feira, cumprindo 07 (oito) horas diárias;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

42) Acerca das hipóteses de concessão de licença ao Conselheiro Tutelar do município de Candeias, o artigo 35 da Lei Municipal nº 1.524/08, autoriza as seguintes, **EXCETO**:

- a) Para concorrer a cargo eletivo;
- b) Para acompanhar filhos e/ou pais em consultas médicas;
- c) Em razão de paternidade;
- d) Para tratamento de saúde.

43) A Lei Municipal nº 1.524/08 estabelece em seu art. 39 o seguinte prazo para a eleição do presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente após a nomeação de seus membros:

- a) 15 (quinze) dias;
- b) 10 (dez) dias;
- c) 30 (trinta) dias;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

44) M., de cinco anos, do sexo feminino, foi diagnosticada com problemas mentais severos. Os pais trabalham e, com o que ganham, não conseguem pagar o tratamento da filha. Já perambularam por vários estabelecimentos de saúde, sem sucesso. Procuraram o Conselho Tutelar para que os ajudasse. Neste caso a primeira medida a tomar, sem prejuízo de outra, é a seguinte:

- a) encaminhar a criança a entidade de acolhimento familiar para realizar o tratamento que o caso requer.





- b) requisitar para a criança tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial.
- c) incluir a criança em programa oficial ou comunitário de auxílio e orientação.
- d) encaminhar os pais a cursos e programas de orientação, de modo que consigam tratar a criança.

45) São exemplos de Navegadores de Internet (browsers):

- a) Google Chrome, Net Navigator, Mozilla Star, Safari, Word.
- b) Google Chrome, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox.
- c) Google, Microsoft Access, Mozilla Star, StarFox.
- d) Google Chrome, Microsoft Internet Access, Mozilla StarFox, Opera.

46) Usando o mouse para deletar um arquivo no ambiente Windows devemos:

- a) Apontar o cursor para o nome do arquivo, clicar no botão esquerdo do mouse, clicar recortar e, se solicitado, confirmar.
- b) Apontar o cursor para o nome do arquivo, clicar no botão esquerdo do mouse, clicar em excluir e, se solicitado, confirmar.
- c) Apontar o cursor para o nome do arquivo, clicar no botão direito do mouse, clicar em excluir e, se solicitado, confirmar.
- d) Apontar o cursor para o nome do arquivo, clicar no botão direito do mouse, clicar em recortar e, se solicitado, confirmar.

47) No Sistema Operacional Windows, como obtemos informações sobre Memória RAM de um computador?

- a) Acessando “propriedades” na pasta Windows Explorer.
- b) Acessando “propriedades” em ‘meu computador’.
- c) Acessando “propriedades” em Gerenciador de Arquivos.
- d) Acessando “propriedades” em ‘disco rígido’.

48) Google Chrome é um:

- a) Site de busca.
- b) Processador virtual.
- c) Navegador.
- d) Sistema operacional.













Destacar esta folha para levar rascunho do seu gabarito.

---

1		15		29		43	
2		16		30		44	
3		17		31		45	
4		18		32		46	
5		19		33		47	
6		20		34		48	
7		21		35			
8		22		36			
9		23		37			
10		24		38			
11		25		39			
12		26		40			
13		27		41			
14		28		42			